



# 13<sup>a</sup> REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E  
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2438 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)  
GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

## OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS A PARTIR DAS SUAS REDES DE AFETOS

Danielle Christina do Nascimento Oliveira - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

O presente trabalho é parte da pesquisa em andamento “Mulheres negras e suas redes de afetos: (Des)construções identitárias a partir de um olhar sobre a solidão da mulher negra”, tendo como objetivo problematizar os impactos, as tensões, os conflitos, e as negociações cotidianas que as diversas redes educativas produzem a partir da naturalização do racismo que se dá também através do “padrão” eurocêntrico de estética e normatividade. Este trabalho busca aprofundar os estudos acerca dos processos identitários da afrodiáspora ligados aos afetos, corpos e sexualidades de mulheres negras brasileiras, tendo em vista a relação histórica delas com o próprio corpo. Por fim, busco refletir sobre esse corpo que traz marcas/feridas de desumanização e estereótipos pautados na branquitude, causando assim um grande impacto negativo na construção das nossas identidades negras, fazendo-se necessário repensarmos o quão importante a representatividade é para uma menina/mulher negra, sobretudo durante o período de escolarização.

**Palavras-chave:** Mulheres negras. Processos identitários. Redes educativas.

## OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS A PARTIR DAS SUAS REDES DE AFETOS

Historicamente o corpo preto e/ou o corpo pardo são alvos de críticas, e seus atributos, seja eles físicos ou intelectuais, são questionados, sobretudo dos negros escravizados (africanos e afrodescendentes) e/ou dos povos indígenas (nativos). Mesmo após o período da escravização criminoso da população negra, estes corpos que já trazem marcas/feridas permanecem sendo explorados de diversas formas. Desde a carta de Pero Vaz de Caminha, que descreve o tal “descobrimento do Brasil”, o corpo não-branco já é citado de forma pejorativa e sempre os diferenciando principalmente pela cor, como visto nesse trecho:

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência. [...] Também andavam entre eles quatro ou cinco mulheres, novas, que assim nuas, não pareciam mal. Entre elas andava uma, com uma coxa, do joelho até o quadril e a nádega, toda tingida daquela tintura preta; e todo o resto da sua cor natural. Outra trazia ambos os joelhos com as curvas assim tintas, e também os colos dos pés; e suas vergonhas tão nuas, e com tanta inocência assim descobertas, que não havia nisso desvergonha nenhuma. Também andava lá outra mulher, nova, com um menino ou menina, atado com um pano aos peitos, de modo que não se lhe viam senão as perninhas. Mas nas pernas da mãe, e no resto, não havia pano algum. (IPHAN)

Seja no que diz respeito aos índios ou aos negros, os corpos não-brancos foram desumanizados, tratados pelos europeus como corpos de menor valor, sendo esses pecadores, erotizados, animalizados e sem fé. Os negros eram vistos como mais perigosos e os índios mais inocentes, sendo o segundo mais fácil de dominar. Desta forma, a cor da pele foi talvez a marca mais visível e a mais usada para identificar e classificar a população, posteriormente era levado em consideração também a origem geográfica e as crenças religiosas, principalmente após a vinda dos jesuítas. Ou seja,

se não bastassem as observações dos homens brancos, tivemos também as observações dos jesuítas, que eram legitimadas pela igreja católica. Construiu-se vários mitos sugerindo que a cor preta seja de pessoas amaldiçoadas, e por esse motivo alguns deveriam ser salvos através da catequese (mais precisamente os índios) e outros nem essa “chance” deveriam ter, a eles só caberiam a morte (“queimar no inferno”).

Considerando o contexto brasileiro repleto de racismos, invisibilizações e desigualdades sociais, esses processos abarcam todo contexto de violência e, principalmente nas relações afetivas. O que para as mulheres brancas é “o ciclo natural da vida”, para as mulheres negras é ausência: não tendo direito de sonhar, porque sonhar custa caro e na maior parte das vezes essa mulher preta é pobre; não tendo referências matrimoniais, porque muitas vezes suas mães, avós, tias nunca se casaram, não tem parceiros fixos ou seus pais não as assumiram. Historicamente as mulheres negras sempre foram exploradas e violentadas, desde o traslado forçado de África até o Brasil, os corpos negros sofrem com as (des)construções de identidades, e, alguns aspectos da solidão da mulher negra estão ligados diretamente à esta história da diáspora negra e a construção individual e coletiva da identidade histórica, social e política da população negra.

Neste prisma, a mulher negra foi educada a “não poder casar” e estabelecer plenos laços afetivos. É ensinada que o casamento, tal como o conhecemos, é algo pertencente a um universo branco, muito embora essa educação não retire da mulher negra o desejo de casar. A respeito, bell hooks (1995) nos diz que,

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (p. 6).

Assim, no intuito de problematizar esse conjunto de relações naturalizadas, entendo que o casamento para uma mulher negra, é uma forma de desobedecer uma educação que insiste em dizer que a mulher negra não pode consumir o “conto de fadas do casamento” – é a “desobediência epistêmica” (MIGNOLO, 2008) de mulheres negras que por anos foram privadas de tomarem suas próprias decisões, seja no que diz respeito ao seu corpo ou a lugares que poderia ocupar.

Historicamente, essas mulheres foram marcadas por episódios como aqueles trazidos por Ana Maria Gonçalves (2007) em “Um Defeito de Cor”, que ilustram bem suas trajetórias diante do casamento em alguns trechos:

Depois que os olhos se acostumaram, mesmo na escuridão percebi sombras por cima das paredes divisórias das baias e me assustei quando um vulto surgiu de repente, equilibrando-se por cima da nossa. A Ignácia comentou que eram os homens que iam se juntar às suas amásias, já que homens e mulheres dormiam em baias separadas. Disse que algumas famílias ficavam juntas, mas só depois que houvesse casamento, porque o sinhô não permitia que vivessem em pecado, embora fosse raro aparecer um padre para realizar as cerimônias. As últimas tinham acontecido havia mais de cinco anos e alguns dos casais tinham sido desfeitos e outros tinham se formado, e havia até filhos das uniões clandestinas que já estavam na lida junto com os pais. Logo em seguida comecei a ouvir gemidos abafados, suspiros e risos, o que também fazia aumentar um pouco o tom das conversas antes sussurradas, menos para encobrir os amantes e mais para evitar o silêncio constrangido dos que estavam sozinhos.” (p.70-71).

Em outro trecho ela segue nos informando sobre a influência do homem branco na construção das nossas relações de afeto,

Os escravos que queriam ficar juntos geralmente falavam com a senhora, mesmo que já vivessem assim na senzala, aguardavam a visita de algum padre que aproveitava para fazer os casamentos de uma só vez. Não eram muitos casais, talvez porque soubessem que de uma hora para outra poderiam ser separados. A Rita mesmo já tinha se casado e tido filho como manda a religião dos brancos, com casamento e batismo feitos por um padre, e ficou sozinha depois que o marido e o filho foram para outro dono por herança, quando o pai do sinhô José Carlos morreu. Em relação ao meu casamento, a sinhá Ana Felipa não se opôs e disse que seria realizado por ocasião da próxima visita do padre Notório, que ela ainda não sabia quando, mas que se daria até o fim do ano, com certeza. Era agosto de um mil oitocentos e vinte e dois, e eu já estava me acostumando com a ideia de me casar aos doze anos.” (p.101).

A igreja além de incentivar o casamento desde cedo, acreditando que a menina a partir dos doze anos já estaria “pronta”, também demonizava a sexualidade feminina, proibindo a mulher do prazer sexual. E, pensar nesse contexto enquanto campo de pesquisa, é pensar nas muitas relações estabelecidas através dele. Segundo os estudos de Maria Lúcia R. Muller (2008), constatou-se que no Brasil o preconceito é de marca: “A aparência de maior ou menor negritude confere ao indivíduo maior ou menor facilidade de trânsito social” (p.48), ou seja, mesmo que esta mulher negra permaneça solitária e não se veja representada, ela quer fazer parte dessa sociedade na qual ela já está inserida, mas é excluída diariamente sempre que não se vê, reforçando assim o sentimento de inferioridade da mulher negra.

Para além deste desafio, a mulher negra que almeja casar-se também colocar-se, muitas vezes, no enfrentamento de questões como a que nos faz Frantz Fanon (2008) ao nos ensinar que é necessário eliminarmos o sentimento de

inferioridade e/ou o de exaltação de “supercompensação” que faz-nos achar que uma mulher preta não pode casar ou que precisa casar com um homem branco para “clarear” a família e então ter a tal sonhada ascensão social. Mesmo que esta mulher perceba o que Mayotte Capécia, autora da autobiografia “Je suis Martiniquaise”, trazida por Fanon, nos diz: “Gostaria de ter me casado, mas com um branco. Só que uma mulher de cor nunca é realmente respeitável aos olhos de um branco. Mesmo se ele a ama. Eu sabia disso” (CAPÉCIA, apud FANON, 2008, p. 54), ela enfrentará também um mercado matrimonial que a segrega e subjuga.

Diante do exposto, meus objetivos vão ao encontro dos estudos cotidianos, identitários e culturais para aprofundar as possibilidades de se pensar no corpo negro, sobretudo o corpo da mulher negra e suas redes de afetos, e problematizar para tentar compreender os impactos, as tensões, os conflitos, e as negociações ligados aos afetos, corpos e sexualidades delas em relação ao contexto em que vivem pautado pela branquitude.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ludmilla de L. **Identidades na Roda: diálogos com a Capoeira Angola e com as narrativas de suas/seus praticantes**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008. GOMES,

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. In: Educação e Pesquisa. São Paulo: v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos Feministas, v. 3, n. 2. 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL (*IPHAN*). Cartas Patrimoniais. [Carta de Pero Vaz de Caminha - Maio de 1500](#). Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Pero%20Vaz%20de%20Caminha%201500.pdf>> .

Acessado em: 17 Abr. 2018.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: Literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf>> . Acesso em: 17 Abr. 2018.

PAIVA, Eduardo França. **História do Corpo no Brasil**. Corpos pretos e mestiços no mundo moderno – deslocamento de gente, trânsito e imagens. ISBN: 978-85-397-0120-1.